



ENTREVISTA

**JAQUELINE MORAES:
AS CONQUISTAS,
TRAJETÓRIAS E DESAFIOS
DA VICE-GOVERNADORA
DO ESPÍRITO SANTO**

João José Barbosa Sana

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia N. S. Medianeira, em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA) e em História pela UFES. É Mestre em Educação pela UFES. Atualmente cursa o Doutorado em História da UFES. Participa do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEGPV). É membro da Comissão Permanente de Direitos Humanos da UFES.

Renata Alves da Silva

Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA). Especialização em Educação Ambiental pela FAFIA. É Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFES. Faz parte do Coletivo Feminista "Umas Pelas Outras", com sede no município de Alegre.



Vice-Governadora Jaqueline Moraes

Jaqueline nasceu em Duque de Caxias (RJ) e se mudou para o Espírito Santo aos 12 anos de idade. É empreendedora individual e estudante de Direito. Iniciou sua vida política nos movimentos comunitários e de base. Foi vereadora no município de Cariacica entre os anos de 2013 a 2016. Em seu mandato foi vice-presidente da Mesa Diretora e relatora das comissões de saúde, educação e assistência social. Apresentou projetos voltados para a defesa das mulheres, como o fórum permanente de debates em favor da erradicação da violência. Também foi defensora da alimentação orgânica nas escolas municipais. É militante no segmento de mulheres socialistas e atuante nas áreas política e comunitária, principalmente nas periferias.

Jaqueline, onde você nasceu? Qual é a sua formação? Conte-nos um pouco sobre a sua trajetória de vida.

Jaqueline Moraes: Antes, quero agradecer pelo convite para essa entrevista e registrar minha satisfação de participar desse projeto de nosso Arquivo Público, que tanto avançou, quanto inovou e engrandeceu nosso Estado.

Nasci na cidade de Duque de Caxias-RJ, onde vivi até meus doze anos, quando minha família migrou para o Espírito Santo em busca de melhores oportunidades de vida. Desde o Rio de Janeiro meu pai trabalhava no comércio informal e aqui chegando, fomos morar em Cariacica, pra ficar perto da capital.

Logo instalamos nossa barraca de camelô na Praça Costa Pereira, próxima ao Teatro Carlos Gomes, onde acompanhava meus pais, e depois, com a morte do meu pai, segui trabalhando por 15 anos, tendo nesse período casado e constituído família, graças ao comércio informal.

Também enfrentei muitas injustiças por conta do poder público local classificar o trabalho dos camelôs, como marginal. Por isso, organizamos a “Associação dos Vendedores Ambulantes”, sendo a primeira presidente. De igual modo, me incomodava o descaso das autoridades com as condições de vida na comunidade do bairro Operário onde morava, em Cariacica. Ali me tornei líder do movimento de moradores, por dois períodos, tendo conquistado, dentre outros benefícios, o calçamento de 80% das ruas do

bairro. Fruto desse trabalho, fui eleita vereadora do município, experiência que me levou em definitivo para a atividade pública.

Vale registrar que somente na vida adulta eu retornei para a escola, completando meu ciclo escolar e hoje estou perto de concluir e me diplomar no curso de Direito.

Durante os seus estudos e atuações profissionais, por quais temas você sentiu mais afinidade?

Jaqueline Moraes: Minha primeira luta foi em defesa dos camelôs que atuavam nas ruas e praças da Grande Vitória. Ajudei a dar dignidade aos trabalhadores informais, mas provedores de suas famílias. Entendi a necessidade da organização dos núcleos sociais e da articulação e mobilização dos recursos de defesa e promoção de objetivos. Foi assim na associação comunitária e também no mandato parlamentar.

E aprendi que o sentimento de indignidade com as injustiças sociais deve vir acompanhado de atitude. Ser mulher, negra, camelô e da periferia parecia me pôr em desvantagem, mas meu pai me ensinou que na dureza da vida, ou você chora ou vende lenços.

Como uma boa camelô, sempre preferi vender lenços e fui superando meus obstáculos. A causa da mulher é minha causa. A causa racial negra, e especialmente da mulher negra, é minha causa. A causa da miséria, que é razão-mãe de todas as injustiças sociais, é minha causa. E o antídoto é o acesso de todas e to-

dos aos bancos escolares e aos conteúdos de qualidade preparatórios para compreender a vida e o desenvolvimento do talento profissional e empreendedor.

Existiram motivações específicas para o seu interesse por adentrar no campo da política? Quais foram?

Jaqueline Moraes: Então, a razão de minha militância política, no campo democrático, socialista e popular está intrinsicamente ligada à minha atitude que responde à minha indignação frente às injustiças sociais. Ter o mandato eletivo e o espaço de fala e ação me permitem lutar e fortalecer as organizações sociais e encorajar novas e novos atores na cena pública. Quando me tornei a primeira mulher, negra e periférica a assumir o importante cargo de Vice-governadora, portanto, ascendendo ao centro do poder, entendi que meu papel seria ampliar o olhar gestor do governador Casagrande, alcançando principalmente aqueles, que até então estiveram fora do foco do governo. Gosto da frase do governador que diz que a finalidade da gestão política é a promoção da justiça e da cidadania.

Em algum momento da sua trajetória, antes de ocupar um cargo público, você já havia tido contato com os movimentos negro e feminista? Como ocorreu essa interação?

Jaqueline Moraes: Foi na caminhada dos movimentos onde militei e deparando-me com as agruras enfrentadas enquanto mulher, negra, pobre e da periferia. Foi procurando entender qual era meu lugar: se de cabeça baixa num canto qualquer ou de dedo em riste, exigindo cidadania.

Você já demonstrou, em outras entrevistas, a sua preocupação com uma maior participação e visibilidade das mulheres na política. Quais caminhos você considera relevantes para se atingir esses objetivos?

Jaqueline Moraes: Não é compreensível a sub-representação feminina nos espaços de poder, se somos a maioria entre os habitantes e eleitores deste país. Não é mais possível nos mantermos dependentes dos homens para vermos realizadas as políticas pú-

“Ser mulher, negra, camelô e da periferia parecia me pôr em desvantagem, mas meu pai me ensinou que na dureza da vida, ou você chora ou vende lenços”.

blicas de interesse das mulheres. Em recente pesquisa promovida pelo Senador Federal, o Espírito Santo aparece em vigésimo sétimo lugar, quando se trata da atuação das mulheres nos mandatos eletivos. Em outras palavras, somos o último colocado no país. Isso me incomoda sobremaneira.

Tenho coordenado o programa que denominamos “Agenda Mulher”, que se constitui de três eixos: o que faz a interação entre as instituições públicas e parceiras; o que promove o empreendedorismo feminino produtivo e cria oportunidades econômicas; e o terceiro eixo é político, que incentiva, forma, informa e formula meios e modos da participação feminina nos espaços de poder. Seja disputando eleições, seja atuando nas organizações políticas, sociais, econômicas e culturais.

Nesse ano de 2020, nos preparamos para ofertar cursos e eventos preparatórios de mulheres para as eleições municipais. A crise pandêmica nos fez adiar os projetos, mas faremos pelo menos três painéis de forma remota, até o período de convenções partidárias. Estimo que mais mulheres participarão e se elegerão como nunca no Espírito Santo, melhorando o quadro na relação entre gêneros.



Vice-Governadora Jaqueline Moraes.

Sendo uma mulher negra, de raízes populares, quais foram os seus principais desafios até chegar à função de vice-governadora?

Jaqueline Moraes: Quando encerrei o mandato de vereadora, desejei ir mais longe na minha ação política. E decidi me filiar ao PSB por sua linha filosófica, organização dos segmentos sociais e histórico de eleições de prefeitas e vereadoras. E pelas figuras de líderes como Renato Casagrande.

Assim que cheguei, fui desafiada a assumir a Secretaria de Mulheres do partido, tendo sido eleita em 2017. Sempre inquieta, liderei o movimento “Não seja laranja”, que questionava os partidos políticos em geral, que indicavam mulheres candidatas com o objetivo de driblar a lei e a obrigação da “cota entre gêneros”, mas sem qualquer pretensão eleitoral. Foi o primeiro grande enfrentamento ao machismo encrustado dentro dos partidos.

No ano seguinte, num gesto de sensibilidade com a causa negra e feminina e de aceno aos mais pobres e periféricos, o PSB acatou a indicação do meu nome, apresentado pelo hoje governador, Renato Casagrande.

Recentemente o Espírito Santo atualizou o seu Plano Estadual de Política para as Mulheres e Pacto de Enfrentamento à Violência. Todos os municípios já assinaram o pacto? Quais medidas estão sendo elaboradas pelo Estado visando ao fortalecimento da rede de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência?

Jaqueline Moraes: Nem todos os prefeitos assinaram ainda a parceria com o governo, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, mas a mobilização é permanente. Sou parceira da nossa secretária, Nara Borgo, e sua subsecretária de políticas para mulheres, Juliane Barroso, que desenvolvem os projetos e ações dessa natureza. Reverter o quadro de violência contra as mulheres, de intolerância e cultura machista, é um dos maiores desafios de nosso governo.

Dentre as diversas questões abordadas no Pacto de Enfrentamento à Violência, atualizado em 2019, destaca-se que temos mais mulheres do que homens em situação de extrema pobreza no Espírito Santo. Por quais motivos você considera que há essa diferença e de que forma o Governo do Estado tem cuidado dessa realidade?

Jaqueline Moraes: A primeira razão é que em qualquer circunstância, nós mulheres somos maioria em relação os homens e que por razões históricas e culturais, sempre coube a elas o papel de retaguarda da família e amparadora de sua prole e, portanto, mais dependente economicamente do parceiro masculino.

Claro que este quadro está em plena transformação, felizmente. As estatísticas demonstram maior grau de instrução escolar para mulheres, inclusive no ensino superior, ocupação profissional de espaços antes somente masculinos, maior poder de

concentração, zelo e eficiência, na elaboração e produção de tarefas.

De parte de nosso governo, o Programa “Agenda Mulher”, sob minha coordenação, tem articulado dentro e fora do governo uma série de projetos direcionados ao empoderamento feminino. Destaco os projetos como “Delas”, em parceria com ADERES; “Elas no Campo e na Pesca”, com SEAG; “Ela Pode”, com o Instituto Rede Mulher Empreendedora e apoiado pelo Google; “Corte de Lovelace”, com o IFES; “Qualificar”, com SECTI, dentre outros.

Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), que abarcam até o mês de julho de 2019, existiam no Espírito Santo 16 “Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres”. Tendo em vista a importância desse mecanismo no fortalecimento dos diálogos entre poder público e sociedade civil, como você percebe os efeitos desse tipo de ferramenta para a melhoria das condições de vida e do acesso aos direitos das mulheres? Quais medidas você acredita que poderiam ser adotadas para ampliar a criação destes Conselhos?

Jaqueline Moraes: Na medida em que avançamos com a adoção de políticas públicas para as mulheres, o nível de organização vai correspondendo. Essa movimentação que fazemos, tem trazido muitas mulheres para cima do palco, quando antes eram meras espectadoras. Hoje vejo prefeitos me ligando para comunicar com alegria que dará posse ao conselho de mulheres de suas cidades. Quer dizer, que há mudança de comportamento. Claro que tem pressão social, baseada na provocação que fazemos. Isso é muito legal.

Quais são as ideias e propostas do Governo do Estado no sentido de promover uma formação continuada das pessoas que trabalham na rede de atendimento e enfrentamento da violência contra as mulheres, tanto nos órgãos estaduais, quanto no âmbito dos municípios?

Jaqueline Moraes: Infelizmente o ano de 2020 mal começou e já acabou. Muitos projetos foram adiados, como por exemplo, a parceria com a Escola de Serviço Público, nossa ESESP. Aliás me permitam referendar a qualidade da escola: comandada por mulheres.

“A causa da mulher é a minha causa. A causa racial negra, e especialmente da mulher negra, é minha causa. A causa da miséria, que é a razão-mãe de todas as injustiças sociais, é a minha causa”.

Processos de formação, qualificação e especialização são muito necessários. Principalmente se tratando de atendimento público, que exige múltiplas e complexas formas de atuação. O foco tem que ser nas redes de atendimento municipais, que são primeiramente acionadas e tem boa compreensão dos ambientes locais, mas o próximo ano promete nos recompensar dos atrasos de 2020 e certamente vamos avançar muito.

Diante da violência doméstica no cotidiano de muitas mulheres e meninas no Espírito Santo, de que forma você acredita que poderia ser feita uma articulação de políticas públicas, que se mostra necessária e urgente, junto à Rede Estadual de Educação? Como você percebe as medidas educativas como meios de se atuar na transformação desta complexa situação?

Jaqueline Moraes: A solução não está concentrada numa única ação, mas no conjunto de atividades que inclusive, atue para mudar comportamentos, culturas. Principalmente no ambiente escolar e nas faixas etárias adequadas à compreensão de temas correlatos e as providências que já estão acontecendo tem ajudado bastante. Veja o projeto “Homem

“Não é compreensível a sub-representação feminina nos espaços de poder, se somos a maioria entre os habitantes e eleitores deste país. Não é mais possível nos mantermos dependentes dos homens para vermos realizadas as políticas públicas de interesse das mulheres”.

que é homem”, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, que trabalha com grupo de homens transgressores do convívio social e apenados pela Lei Maria da Penha. Eles realizam reuniões periódicas com profissionais, de modo que processem as razões da intolerância e violência e em como superar.

O ambiente familiar tem sido responsável pela crescente incidência do desrespeito às regras sociais. Estamos acompanhando o caso da menina estuprada e engravidada aos 10 anos de idade, lá em São Mateus. Uma monstruosidade. E agravada pelas manifestações de segmentos extremistas, que preferem incriminar a vítima, pela legal alternativa do aborto, que o autor de tamanha crueldade e despudor. Portanto, há muito que fazer e estamos de mangas arregaçadas.

Uma política pública do Estado, também muito importante, é a “Patrulha Maria da Penha”, implementada pela Polícia Militar com o objetivo de fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas. Nessa fase de isolamento social, diante da pandemia de COVID-19, há perspectivas de ampliação dessa ação em mais municípios?

Jaqueline Moraes: Entre os grandes problemas enfrentados no setor público estão os processos de descontinuidade de determinadas políticas, e de modo ingrato e injusto. Vejam que muitos dos projetos que estamos realizando presentemente, são resgates de políticas interrompidas e paralisadas no governo que nos antecedeu. Exemplo disso, é o contingente do quadro da Polícia Militar do Espírito Santo, novamente defasado por conta de sucessivos adiamentos de concursos que reponha seu efetivo. Desfalcado, ele encontra dificuldades para ampliar a prestação de segurança e particularmente o projeto “Patrulha Maria da Penha”. No entanto, o projeto tem sido responsável por razoável fatia dos casos e conflitos sociais envolvendo mulheres.

Desde 2003 foi promulgada a lei nº 10.778 que trata da notificação compulsória a ser feita às autoridades sanitárias pelos profissionais de saúde, quando do atendimento de mulheres vítimas de violência em equipamentos públicos e privados. Existem ações de Governo no intuito de ampliar o cumprimento da lei, já que em alguns casos não ocorre a notificação por parte dos profissionais?

Jaqueline Moraes: Não diria de ampliar, mas de fortalecer os registros, denúncias e procedimentos criminais e administrativos, quando for o caso de ambiente público. Existe uma rotina desse procedimento. Ultimamente o governo tem se esforçado na compra de equipamentos, reforma e ampliação de laboratórios de análise criminalística, a fim de dar respostas mais rápidas para elucidação de crimes de qualquer natureza e em particular feminicídios e crimes de violência.



De que forma você percebe que a sua representatividade, como mulher negra em um cargo de gestão, pode ser um aspecto que incentive outras mulheres a se inserirem na política e buscarem o fortalecimento e ampliação dos seus direitos e conquistas?

Jaqueline Moraes: A questão é comportamental. Nas minhas andanças, suspensas temporariamente por conta da COVID 19, ouço relatos extraordinários de mulheres acerca da minha presença e do lugar de fala que ocupo no governo.

Emociona-me ver as atitudes, encorajamentos, reposicionamentos de muitas delas, que estão mudando suas realidades. Quanto a participarem da política, toparem ser candidatas ou simplesmente intencionar votar em uma mulher, que já é mudança do velho chavão que mulher não vota em mulher, esse movimento vem acompanhado de uma nova tematização para as mulheres candidatas, em forma de di-

“Estamos ainda dando conta das tarefas que assumimos. Ao inserir as mulheres no jogo do poder é preciso também tratar de pautas com os negros e negras, com os jovens e com grupos de minorias”.

álogos entre elas, falando das coisas delas, e de como farão diferente do que sempre foi o controle do poder pelos homens.

Quais mudanças você pondera serem necessárias para que as mulheres efetivamente atuem com equidade salarial e de valorização profissional?

Jaqueline Moraes: Creio que está acontecendo e com boa velocidade. Veja que a Professora Ethel Maciel foi eleita reitora da Universidade Federal do Espírito Santo, embora o machismo oficial da Presidência da República tenha obstruído sua posse. A empresária Chistine Samorini é a primeira mulher a se eleger e tomar posse na presidência da Federação das Indústrias do Espírito Santo e a Procuradora-Geral do Ministério Público é a Dra. Luciana Ferreira de Andrade, por exemplo. O que estamos fazendo é trabalhando pra encurtar o tempo dessas conquistas.



“Temos que elevar o tom da cultura da paz, da tolerância, da inclusão social, do desenvolvimento de nossa capacidade produtiva e empreendedora, científica e tecnológica”.

Por fim, pensando no futuro, há novas conquistas no campo político e na atuação junto às mulheres que você pretende alcançar?

Jaqueline Moraes: Estamos ainda dando conta das tarefas que assumimos. Ao inserir as mulheres no jogo do poder é preciso também tratar de pautas com os negros e negras, com os jovens e com grupos de minorias. Temos que elevar o tom da cultura da paz, da tolerância, da inclusão social, do desenvolvimento de nossa capacidade produtiva e empreendedora, científica e tecnológica. Nosso Estado é a terra das oportunidades. Quanto a mim, sigo servindo a esse propósito e grata por participar desse movimento de mobilização política e social.

